



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10980.005548/2008-79
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2101-001.843 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de agosto de 2012
Matéria IRPF
Recorrente MATHEOS CHOMATAS
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2007

DESPESAS MÉDICAS. APRESENTAÇÃO DE RECIBOS. SOLICITAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA PELO FISCO. COMPROVAÇÃO COM DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR.

Podem ser deduzidos da base de cálculo do imposto de renda os pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes.

Todas as deduções estão sujeitas à comprovação ou justificação, podendo a autoridade lançadora solicitar motivadamente elementos de prova da efetividade dos serviços médicos prestados e dos correspondentes pagamentos. Nessa hipótese, em regra, a apresentação tão somente de recibos é insuficiente para comprovar o direito à dedução pleiteada.

Hipótese em que o recorrente teve sucesso em comprovar parte das deduções pleiteadas.

Recurso Voluntário Provido em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para restabelecer dedução de despesas médicas no valor de R\$1.800,00. Vencidos os Conselheiros Célia Maria de Souza Murphy e Luiz Eduardo de Oliveira Santos, que votaram por negar provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente

(assinado digitalmente)

José Evande Carvalho Araujo- Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente), José Evande Carvalho Araujo, Gilvanci Antônio de Oliveira Sousa, Célia Maria de Souza Murphy, Alexandre Naoki Nishioka.

Relatório

AUTUAÇÃO

Contra o contribuinte acima identificado, foi lavrada a Notificação de Lançamento de fls. 14 a 16, referente a Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2007, para glosar deduções indevidas de despesas médicas, formalizando a exigência de imposto suplementar no valor de R\$10.987,62, acrescido de multa de ofício de 75% e juros de mora.

IMPUGNAÇÃO

Cientificado do lançamento, o contribuinte apresentou impugnação (fls. 1 a 13), acatada como tempestiva. O relatório do acórdão de primeira instância descreve o recurso da seguinte maneira (fls. 65-v a 66):

Especifica as glosas que está impugnando, apresentando justificativa para cada uma das despesas e juntando documentos que não haviam sido apresentados anteriormente ou que estavam ilegíveis.

Afirma que o único fundamento existente para a glosa efetuada foi a “*não comprovação dos desembolsos pelas despesas médicas*”.

Cita os arts. 5º, II, e 21, VII, da Constituição Federal para alegar que “*o cidadão brasileiro tem direito de usar, em todas as suas transações, a moeda nacional, de maneira absoluta e irrestrita*” e, assim, não haveria óbice na legislação nacional em relação ao pagamento de suas despesas médicas em espécie.

Aduz que efetuou o pagamento em espécie porque “*nada o impedia*” e, também, “*para fins de adimplir, de maneira imediata e constante, com as despesas que assumira, sem deixar restos de valores a serem pagos a terceiros e que muito afetam àqueles que com cheque pagam suas contas*”.

Alega que as declarações feitas pelos prestadores do serviço, trazidas na impugnação, comprovariam a realização dos pagamentos em moeda corrente.

Suscita que a falta de endereço dos profissionais nos recibos poderia ser um possível motivo da glosa, mas considera essa exigência “*transcende qualquer limite lógico*” e seria um exagero, “*premiando a minúcia e esquecendo da essência*”, afirmando não ser comum a prestação dessa informação.

Ressalta que todos os recibos apresentados possuem o nome e o CPF do prestador do recibo e que, nas declarações por ele prestadas também constaria a especialidade, o cadastro junto aos órgãos de classe.

Deduz que não “*se procurou saber se o prestador do serviço declarou suas receitas provenientes do impugnante, mas, sim, desceu ao mais sutil detalhismo, unicamente para encontrar algo que fosse ensejador da glosa indevida*”.

Finaliza solicitando o cancelamento do lançamento.

ACÓRDÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento julgou procedente o lançamento, em julgamento consubstanciado na seguinte ementa (fls. 65 a 68):

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PROVA. MOMENTO DE APRESENTAÇÃO.

Cumprando ao contribuinte instruir a peça impugnatória com todos os documentos em que se fundamentar e que comprovem as alegações de defesa, precluindo o direito de fazê-lo em data posterior.

DEDUÇÕES. ÔNUS DA PROVA.

Havendo dúvidas quanto à regularidade das deduções, cabe ao contribuinte o ônus da prova.

DESPESAS MÉDICAS. DEDUÇÃO. COMPROVAÇÃO.

A dedução de despesas médicas na declaração de ajuste anual do contribuinte está condicionada ao preenchimento dos requisitos legais e à comprovação hábil e idônea dos gastos efetuados.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

RECURSO AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)

Cientificado da decisão de primeira instância em 12/05/2011, o contribuinte apresentou, em 9/6/2011, recurso voluntário, onde afirma:

- a) a ausência de impeditivo legal para pagamentos feitos em espécie;
- b) que os argumentos da decisão recorrida são descabidos, na medida em que supõem que a prova seria do contribuinte, o que não é previsto na legislação;
- c) que o pagamento da terapia de casal foi feito por ele, e que sua esposa não deduziu os 50% que seriam de sua competência.

É o relatório.

Voto

Conselheiro José Evande Carvalho Araujo, Relator

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

Não há arguição de qualquer preliminar.

O contribuinte informou, em sua declaração de ajuste do exercício de 2007 (fl. 60), ter auferido rendimentos tributáveis de R\$206.474,07, e deduziu despesas médicas no valor de R\$43.176,54.

Conforme informado na descrição dos fatos da notificação de lançamento (fl. 15), do total de deduções, a fiscalização considerou comprovadas R\$3.221,54, e glosou R\$39.955,00 referente às seguintes despesas médicas, por falta de comprovação do efetivo pagamento:

NOME DO BENEFICIÁRIO	VALOR
Luciana de Fátima Ramos	8.000,00
Vania Massuqueto	2.100,00
Andrea Magnini	10.000,00
Juliana Moreira Budal	10.000,00
Paula B. Carvalho	5.280,00
Regina Elizabeth Galvão Lopes	2.775,00
Rosiclêa Maria do Amaral	1.800,00
TOTAL	39.955,00

Na impugnação o contribuinte informa que efetuou o pagamento das despesas em dinheiro, e defende seu direito às deduções.

O acórdão recorrido manteve as glosas e elencou diversas inconsistências na comprovação das despesas, tais como (fls. 67 e verso):

- a) além da irregularidade referente à ausência de endereço nos recibos, o contribuinte declarou ter despendido R\$ 43.176,54 com despesas médicas suas e de seus dois dependentes, que representam 27,08% do montante líquido recebido, pois a contribuição previdenciária oficial e o IRRF são descontados do salário antes de ser depositado, fls. 60 e 61;

b) o fiscalizado é médico e possui plano de saúde, fl. 62, que possibilitaria o atendimento sem ônus em clínicas especializadas, as quais, provavelmente, teriam mais recursos do que os onerosos tratamentos alegados como prestados em sua residência e/ou consultório: R\$ 22.100,00 de fisioterapia, R\$ 5.280,00 de fonoaudiologia e R\$ 4.575,00 de psicologia;

c) os recibos apresentados são genéricos e com indícios de emissão sequencial.;

d) o contribuinte deduziu valores elevados nos anos calendário de 2002 a 2006;

e) mesmo se fossem aceitas como comprobatórias as declarações e recibos apresentados, de pronto já seria recusada a dedução da psicóloga Rosicléia do Amaral, por se referir a “psicoterapia de casal” – fls. 54 a 56, que englobaria o cônjuge do contribuinte, Eliana Regina da Veiga Chomatas, que não foi declarada como sua dependente – fl. 62;

f) incomum a emissão de diversos recibos em domingos (30/04/2006 – fl. 42, 30/07/2006 – fl. 44, 20/08/2006 – fl. 49, 18/06/2006 – fl. 50, 26/03/2006 – fl. 51, 05/03/2006 – fl. 52);

g) apesar dos altos valores de tratamento envolvidos, não foi apresentada qualquer alegação, exame, receituário, laudo para justificar a necessidade de tratamentos tão vultosos e prolongados, muitas vezes realizados por dois profissionais simultaneamente;

h) nos cinco exercícios fiscalizados, foram deduzidos pagamentos a uma grande quantidade de prestadores de serviço de saúde declarados, inclusive com a utilização concomitante de diversos profissionais de mesma especialidade durante o mesmo ano-calendário.

Para fazer jus a deduções na Declaração de Ajuste Anual, torna-se indispensável que o contribuinte observe todos os requisitos legais, sob pena de ter os valores pleiteados glosados. Afinal, todas as deduções, inclusive as despesas médicas, por dizerem respeito à base de cálculo do imposto, estão sob reserva de lei em sentido formal, por força do disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional (CTN), art. 97, inciso IV.

Por oportuno, confira-se o estabelecido na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a propósito de dedução de despesas médicas:

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

(...).

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

(...).

§ 2º O disposto na alínea “a” do inciso II:

(...).

II - restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

(...)

Por sua vez, o Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda, RIR/1999, art. 73, dispõe:

Art.73.Todas as deduções estão sujeitas à comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 11, §3º).

Verifica-se, portanto, que a dedução de despesas médicas na declaração do contribuinte está, sim, condicionada ao preenchimento de alguns requisitos legais. Observe-se que a dedução exige a efetiva prestação do serviço, tendo como beneficiário o declarante ou seu dependente, e que o pagamento tenha se realizado pelo próprio contribuinte. Assim, havendo qualquer dúvida em um desses requisitos, é direito e dever da Fiscalização exigir provas adicionais da efetividade do serviço, do beneficiário deste e do pagamento efetuado. É dever do contribuinte apresentar comprovação ou justificação idônea, sob pena de ter suas deduções não admitidas pela autoridade fiscal.

O problema consiste em saber até que ponto são razoáveis as exigências da autoridade fiscal para comprovação das despesas médicas. Em muitos casos, a fiscalização termina por demandar a apresentação de pagamento diretamente correlacionado com débito, como cheque utilizado para liquidar a despesa, ou saque de valor exato na mesma data. Mas os contribuintes replicam que ninguém é obrigado a pagar suas despesas com cheques nem efetuar saques individuais para cada dispêndio.

Penso que a dificuldade já surge quando da informação das despesas na declaração de ajuste. A cada ano, as indicações da Receita Federal são pela possibilidade de comprovação das despesas médicas mediante recibos. A título de exemplo, transcrevo orientações contidas no Perguntas e Respostas do IRPF, exercício 2005, pergunta 337:

A dedução dessas despesas é condicionada a que os pagamentos sejam especificados, informados na Relação de Pagamentos e Doações Efetuados da Declaração de Ajuste Anual, e comprovados, quando requisitados, com documentos originais que indiquem o nome, endereço e número de inscrição no CPF ou CNPJ de

quem os recebeu. Admite-se que, na falta de documentação, a comprovação possa ser feita com a indicação do cheque nominativo com que foi efetuado o pagamento.

Assim, a própria Receita Federal orienta que a comprovação, se necessária, pode ser feita com a apresentação de recibo ou nota fiscal originais, podendo ser dar, caso o contribuinte não tenha esse documento, com a apresentação de cheque nominativo. Observe-se que a opção do cheque nominativo é dada a favor do contribuinte, nos casos em que o profissional se recuse a dar recibo.

Verifiquei que essa orientação foi repetida em todos os Perguntas em Respostas dos exercícios seguintes. Apenas no documento do exercício de 2011 foi acrescentada a seguinte informação:

Conforme previsto no art. 73 do RIR/1999, a juízo da autoridade fiscal, todas as deduções estarão sujeitas a comprovação ou justificação, e, portanto, poderão ser exigidos outros elementos necessários à comprovação da despesa médica.

Não se pode ignorar, no entanto, que é bastante comum o expediente de se declarar despesas médicas inexistentes, ou majorar o valor das ocorridas, com o objetivo de diminuir o imposto devido. Contando com a ineficiência da Administração Pública, e com a nefasta idéia, corrente em nosso país, de que a sonegação é um crime aceitável devido à alta carga tributária, alguns contribuintes declaram deduções expressivas, e buscam justificá-las com recibos que não refletem o realmente ocorrido. Situação inaceitável que precisa ser coibida pela Administração Pública.

Diante desse quadro, os julgamentos administrativos neste CARF são bastante diversos. Existem aqueles que julgam que, uma vez comprovada a despesa mediante recibos, é dever do Fisco provar que a informação é falsa. Por outro lado, é forte a corrente que pensa que, caso a autoridade fiscal exija comprovação adicional do contribuinte, inverte-se o ônus da prova, sendo função do sujeito passivo produzir a comprovação exigida.

Filio-me ao segundo grupo, tanto pelas determinações do art. 73 do RIR/99, acima transcrito, que exige que as deduções sejam justificadas a juízo da autoridade lançadora, quanto pelo disposto no art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil, que atribui a quem declara o ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito.

Mas penso que a fiscalização deve demonstrar criteriosamente porque não aceitou a comprovação mediante recibo que atenda às características da legislação. Somente com a análise das exigências fiscais, bem como das respostas do contribuinte, será possível se concluir pela procedência, ou não, das glosas efetuadas.

No caso, apesar de não constar dos autos a intimação solicitando a comprovação dos pagamentos, a descrição dos fatos demonstra que ela existiu, pois foi justamente a falta dessa demonstração que ocasionou as glosas.

E, devido ao expressivo valor das deduções, entendo ter sido razoável a exigência de comprovação do pagamento.

É claro que o contribuinte tem todo o direito de pagar suas despesas em dinheiro, mas, em especial para as despesas de maior valor, deve ter o cuidado de demonstrar melhor o serviço e os desembolsos.

Já para as despesas de menor monta, é razoável se entender um menor cuidado na demonstração dos serviços médicos.

Ressalte-se que, mesmo para as despesas de maior valor, esta Turma de Julgamento tem frequentemente admitido a dedução de despesas médicas quando se comprova, mediante documentação complementar (laudos médicos, perícias, exames e fichas clínicas), a efetiva realização do tratamento, ainda que não acompanhada da prova do pagamento.

Entretanto, no caso em tela, diante das inúmeras inconsistências na comprovação das despesas levantadas pelo julgador de 1ª instância, exige-se um maior esforço na produção de provas complementares.

Por outro lado, penso não ser possível a rejeição de todas as despesas em conjunto, sem análise específica de cada situação, como fez o acórdão recorrido.

Assim, apesar da exigência de comprovação dos pagamentos não ter sido cumprida pelo recorrente, ainda se deve analisar cada despesa médica individualmente para verificar se as provas trazidas ao processo são suficientes para justificar as deduções, como passo agora a fazer.

a) Luciana de Fátima Ramos – R\$8.000,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 19 confirmando o pagamento de serviços odontológicos prestados nos anos de 2003 a 2006, com pagamento em espécie;
- Recibos de fls. 42 a 46.

No caso, despesa de valor tão elevado deveria ter sido comprovada com documentação complementar. Além disso, os recibos e a declaração descrevem o tratamento de forma muito genérica. Não seria difícil se ter trazido aos autos laudos médicos, perícias, exames ou fichas clínicas de serviço odontológico complexo, que reforçariam a convicção na efetividade do atendimento.

Além disso, as tabelas de fls. 67 e verso do acórdão recorrido demonstram que foram deduzidos valores expressivos relativos a tratamentos odontológicos nos 5 exercícios sob análise (R\$60.465,00), R\$39.220,00 somente com essa profissional, o que reforça a maior exigência na comprovação dessa rubrica.

Esclareça-se que a declaração da profissional complementa as informações do recibo, suprimindo a irregularidade formal da falta de endereço, mas, por apenas repetir o conteúdo do recibo, não é suficiente para a comprovação da despesa.

Dessa forma, entendo que se deve manter a glosa.

b) Vania Massuqueto – R\$2.100,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 20 confirmando o tratamento fisioterápico de Reeducação Postural Global - RPG no contribuinte no ano de 2006, discriminando os quatro pagamentos efetuados;
- Recibos de fls. 52 a 53, em nome do contribuinte, relativo à sessões de Reeducação Postural Global – RPG.

Caso essa despesa se desse de forma isolada, certamente o recibo e a declaração da profissional serviriam para comprová-la.

Entretanto, como demonstra a tabela de fl. 67 do acórdão recorrido, foram deduzidos valores expressivos relativos a tratamentos fisioterápicos nos 5 exercícios sob análise (R\$65.460,00).

Nesse contexto, exige-se a apresentação de provas complementares da efetividade do pagamento ou do serviço.

Assim, mantenho essa glosa.

c) Andrea Magnini – R\$10.000,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 25, onde a fisioterapeuta confirma ter recebido do contribuinte o valor, ao longo do ano de 2006, em espécie-papel moeda;
- 20 recibos de fls. 29 a 36, cada um de R\$500,00, referente a sessões de fisioterapia a Jacqueline e Guilherme Chomatas.

A despesa é de valor elevado e se inclui no rol das elevadas despesas com tratamentos fisioterápicos nos exercícios fiscalizados (R\$65.460,00), sendo que foram pagos R\$30.000,00 apenas a essa profissional.

Além disso, os recibos não atendem a todos os requisitos formais previstos na legislação, em especial a indicação do endereço do profissional, e a declaração da fisioterapeuta não supriu essa lacuna.

Observe-se que o contribuinte foi informado dessa deficiência pelo acórdão de 1ª instância, tendo a oportunidade de supri-la no voluntário.

Nessa situação, penso que seria necessário se trazer aos autos provas complementares de tratamento tão caro e complexo, bem como suprir as deficiências formais dos recibos, pelo que mantenho a glosa.

d) Juliana Moreira Budal – R\$10.000,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 23, onde a fisioterapeuta confirma ter recebido do contribuinte, ao longo do ano de 2006, o valor em espécie-papel moeda, referente à fisioterapia domiciliar;
- 10 recibos de R\$1.000,00 (fls. 37 a 41), em nome do contribuinte, referentes a sessões de fisioterapia domiciliar.

Essa dedução é de valor elevado, e se inclui no rol das elevadas despesas com tratamentos fisioterápicos nos exercícios fiscalizados, o que exige a apresentação de provas complementares da efetividade do pagamento ou do serviço.

Além disso, o recibo não atende a todos os requisitos formais previstos na legislação, em especial a indicação do endereço do profissional.

Assim, a glosa deve ser mantida.

e) Paula B. Carvalho – R\$5.280,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 24 confirmando o tratamento de fonoaudiologia domiciliar nos menores Guilherme Chomatas e Jacqueline Chomatas, ao longo do ano de 2006, pagos em espécie – papel moeda;
- Recibos de fls. 47 a 48.

O recibo não atende a todos os requisitos formais previstos na legislação, em especial a indicação do endereço do profissional, e a declaração da fonoaudióloga não supre essa falha.

Além disso, a despesa é de valor elevado e os pagamentos apenas a essa profissional, nos exercícios fiscalizados, totalizaram R\$21.310,00 (fl. 67-v), o que evidencia um longo e caro tratamento, indicando que não teria sido difícil trazer laudos, fichas clínicas, e outras provas complementares da efetividade do pagamento ou do serviço.

Assim, a glosa deve ser mantida.

f) Regina Elizabeth Galvão Lopes – R\$2.775,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 22 confirmando o atendimento psicológico (psicoterapia) no contribuinte, entre março e setembro de 2006, com pagamento em moeda corrente;
- Recibos de fls. 49 a 51, referentes a avaliação e acompanhamento psicológicos e sessões de psicoterapia.

A despesa é de valor elevado e os pagamentos apenas a essa profissional, nos 5 exercícios fiscalizados, totalizaram R\$19.265,00 (fl. 67-v), o que evidencia um longo e caro tratamento, indicando que não teria sido difícil trazer laudos, fichas clínicas, e outras provas complementares da efetividade do pagamento ou do serviço, pelo que mantenho a glosa.

g) Rosicléa Maria do Amaral – R\$1.800,00:

Foram apresentados:

- Declaração de fl. 21 confirmando o atendimento psicológico para o contribuinte no decorrer do ano de 2006, com a pagamentos mensais;
- Recibos de fls. 54 a 56, em nome do contribuinte, relativo à psicoterapia de casal.

Nesse caso, a declaração da profissional supre as deficiências do recibo, pois indica seu endereço, as despesas mensais são de valores pequenos, os recibos são coerentes como os valores individuais das consultas (R\$100,00), e o total de gastos com psicologia não são tão elevados nos exercícios fiscalizados.

Discordo do julgador de 1ª instância que rejeita a despesa porque ela englobaria o cônjuge não dependente. Não localizei na legislação a determinação para que as despesas de tratamento psicológico conjunto do casal sejam divididas entre os cônjuges tratados.

Assim, julgo que os óbices levantados pelo julgado *a quo* não são suficientes para questionar a dedução, pelo que a restabeleço.

Conclusão:

Desta forma, pelas provas analisadas, julgo ser necessário restabelecer a dedução do pagamento de R\$1.800,00 à Dra. Rosicléa Maria do Amaral.

Diante do exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso voluntário, para restabelecer dedução de despesas médicas no valor de R\$1.800,00.

(assinado digitalmente)
José Evande Carvalho Araujo